

Avaliação do uso e o grau de conhecimento dos acadêmicos em relação ao uso de medicamentos isentos de prescrição (MIP's)

Assessment of academics' use and degree of knowledge regarding the use of Over-The-Counter (OTC) medicines

Evaluación del uso y grado de conocimiento de los académicos en relación al uso de medicamentos de venta libre (MVL)

Recebido: 18/11/2025 | Revisado: 26/11/2025 | Aceitado: 26/11/2025 | Publicado: 29/11/2025

Pablo Huete Lima Cortez

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1935-9187>

Centro Universitário Tecnológico de Teresina - UNI-CET, Brasil

Email: pablo-cortez_92@hotmail.com

Maria dos Remédios Mendes de Brito

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6780-8125>

Centro Universitário Tecnológico de Teresina - UNI-CET, Brasil

Email: brito.mrm@hotmail.com

Resumo

Este estudo busca compreender como os acadêmicos utilizam e percebem os Medicamentos Isentos de Prescrição entre estudantes de diferentes cursos. A amostra do estudo foi composta por 51 estudantes universitários, utilizando um questionário contendo oito perguntas objetivas. A análise dos dados ocorreu por meio de estatística descritiva. Identificou-se maior participação de mulheres no estudo, com faixa etária entre 18 e 25 anos. Apesar de 74,5% declararem ter conhecimento sobre MIPs, 52,9% evidenciaram dificuldades no uso adequado. Os medicamentos mais citados foram Dipirona, Paracetamol e Dorflex, usados principalmente para tratar dores, febre e cólicas. Em relação à orientação, 56,9% relataram não receber nenhum tipo de instrução ao adquirir o medicamento, enquanto 27,3% informaram serem orientados apenas por balcunistas. Os dados evidenciam o uso frequente e, muitas vezes, inadequado desses medicamentos, indicando a necessidade de ações educativas para promover o uso racional dos MIP's entre os estudantes.

Palavras-chave: Medicamentos Isentos de Prescrição; Automedicação; Estudantes.

Abstract

This study seeks to understand how university students use and perceive Over-the-Counter (OTC) medications across different academic programs. The study sample consisted of 51 undergraduate students, and data were collected using a questionnaire containing eight objective questions. Data analysis was performed using descriptive statistics. A higher participation of female students was identified, with ages ranging from 18 to 25 years. Although 74.5% reported having knowledge about OTC medications, 52.9% demonstrated difficulties in their proper use. The most frequently mentioned medications were Dipyrrone, Paracetamol, and Dorflex, mainly used to treat pain, fever, and cramps. Regarding guidance, 56.9% stated that they did not receive any type of instruction when purchasing the medication, while 27.3% reported receiving guidance only from pharmacy attendants. The findings reveal the frequent and often inappropriate use of these medications, highlighting the need for educational actions to promote the rational use of OTC drugs among students.

Keywords: Over-the-Counter Medications; Self-Medication; Students.

Resumen

Este estudio busca comprender cómo los estudiantes universitarios utilizan y perciben los Medicamentos de Venta Libre (MVL) entre diferentes carreras académicas. La muestra estuvo compuesta por 51 estudiantes universitarios, y los datos se obtuvieron mediante un cuestionario con ocho preguntas objetivas. El análisis de los datos se realizó a través de estadística descriptiva. Se identificó una mayor participación de mujeres, con edades entre 18 y 25 años. Aunque el 74,5% declaró tener conocimiento sobre los MVL, el 52,9% mostró dificultades en su uso adecuado. Los medicamentos más mencionados fueron Dipirona, Paracetamol y Dorflex, utilizados principalmente para tratar dolores, fiebre y cólicos. En cuanto a la orientación, el 56,9% afirmó no recibir ningún tipo de instrucción al adquirir el medicamento,

mientras que el 27,3% indicó ser orientado únicamente por los dependientes de la farmacia. Los datos evidencian un uso frecuente y, en muchos casos, inadecuado de estos medicamentos, lo que indica la necesidad de acciones educativas que promuevan el uso racional de los MVL entre los estudiantes.

Palabras clave: Medicamentos de Venta Libre; Automedicación; Estudiantes.

1. Introdução

A Resolução RDC nº 301, de 21 de agosto de 2019, descreve sobre as Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos, e se entende por medicamento o produto farmacêutico tecnicamente obtido ou elaborado, destinado a prevenir, tratar, aliviar ou diagnosticar enfermidades. Diante da complicaçāo que envolve o uso de medicamentos, a prescrição é importante pois é de responsabilidade compartilhada que é um documento legal que reflete o compromisso ético de quem prescreve, dispensa e administra, sendo mais que uma simples formalidade, porém uma confiança entre o profissional e o paciente, um mapa que orienta o caminho da cura, evitando os atalhos do uso incorreto (CRF-SP, 2016).

Os medicamentos isentos de prescrição (MIP's) surgem nesse contexto como um duplo símbolo de autonomia e risco. São produtos reconhecidos pela ANVISA por sua comprovada eficácia e segurança, podendo ser adquiridos sem receita médica para o alívio de dores consideradas menores. No entanto, nenhum medicamento é totalmente isento de riscos, e até mesmo aqueles de uso livre podem apresentar potenciais efeitos adversos. Assim, a orientação farmacêutica assume papel essencial ao guiar o paciente e promover o uso racional desses produtos, prevenindo a desinformação e os danos decorrentes da automedicação (Mota; Santos; Sousa, 2024).

A Resolução RDC nº 882, de 14 de junho de 2024, da ANVISA, reforça esse entendimento ao estabelecer os critérios para o enquadramento e reenquadramento dos MIPs. Essa regulamentação considera aspectos como toxicidade, margem terapêutica, referências internacionais e a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), definindo os MIPs por meio da Lista de Grupos e Indicações Terapêuticas Especificadas (GITE). Os números do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX) registraram 29.946 episódios de intoxicação relacionados a fármacos, resultando em 97 óbitos e uma letalidade de 0,32% em 2012. Entre 2012 e 2017, foram notificados 161.814 casos, com um total de 463 mortes (SINITOX, 2019). Nesse contexto, o cuidado farmacêutico assume papel fundamental na mediação entre a racionalidade terapêutica e a proteção do paciente, exigindo uma atuação articulada das equipes multiprofissionais, pois a utilização consciente e adequada de medicamentos depende da integração de diferentes saberes (Brasil, 2014). (Brasil, 2014).

O farmacêutico, nesse contexto, atua como um guardião do uso seguro e racional dos medicamentos. Sua presença ativa no fortalecimento das ações de saúde não se restringe ao ambiente de atendimento farmacêutico, mas inclui escuta qualificada, orientação e acompanhamento do paciente, iniciativas que transformam um procedimento técnico em uma ação verdadeiramente humana (WHO, 2006). O uso de MIPs, entretanto, não é guiado apenas por fatores clínicos; ele incorpora influências culturais e sociais profundamente enraizadas. Arrais et al. (2016) apontam que o fenômeno da automedicação no Brasil tem sido amplamente prevalente, sobretudo entre jovens e pessoas com nível educacional mais elevado, o que inclui o público universitário.

A ampla disponibilidade dos MIPs nas prateleiras, associada à escassez de orientações técnicas, favorece condições para o uso inadequado. Alvim e Carvalho (2019) destacam que o acesso simplificado, quando não acompanhado de conhecimento, transforma-se em risco potencial. Muitos consumidores, inclusive acadêmicos dos cursos da saúde, optam por se automedicar diante de sintomas leves, adiando a busca por atendimento profissional. Segundo Melo et al. (2021), essa prática equivale a “varrer a poeira para debaixo do tapete”: posterga-se o problema, mas não se resolve, de modo que a dispensação de MIPs sem suporte farmacêutico permanece como uma fragilidade no sistema público de saúde. Silva Santos, de Albuquerque e de Melo Guedes (2022) reforçam que a falta de acompanhamento profissional intensifica os perigos relacionados ao ato de se

automedicar, podendo transformar a utilização de fármacos comercializados sem prescrição, que seria segura, em uma conduta capaz de gerar prejuízos à saúde.

Em síntese, os medicamentos isentos de prescrição representam um paradoxo contemporâneo: embora ampliem a autonomia do paciente, exigem cautela. O uso indiscriminado, na ausência de orientação adequada, pode resultar em intoxicações, resistência terapêutica e complicações clínicas. A ampliação dos relatos sobre intoxicações registrados pelo SINITOX e a popularização descuidada desses medicamentos entre jovens e universitários evidenciam a urgência de rediscutir a responsabilidade atribuída à informação, à educação e à presença do farmacêutico no cotidiano da população.

Medicamentos Isentos de Prescrição

Os Medicamentos Isentos de Prescrição (MIP's), também conhecidos internacionalmente pela sigla OTC (*Over-the-Counter* ou "sobre o balcão"), representam a categoria de fármacos que podem ser dispensados sem a exigência de receita médica. Esses produtos são indicados para o tratamento de males de baixa gravidade e com evolução autolimitada, respeitando sempre os critérios técnicos e a legislação sanitária vigente (Mota et al., 2020) A Resolução RDC n.º 98/2016, publicada pela ANVISA, traça um verdadeiro mapa de requisitos para que um medicamento receba o selo de "isento de prescrição". Entre eles estão o tempo de comercialização, o perfil de segurança, o fato de ser indicado para doenças não graves e de uso por período curto. Soma-se a isso a exigência de que seja manejável pelo próprio paciente, tenha baixo potencial de risco em casos de mau uso, não provoque dependência e possa ser compreendido por quem o consome. Em outras palavras, é o tipo de medicamento que, quando bem orientado, pode caminhar sozinho, mas que, sem vigilância, pode tropeçar.

O consumo crescente de MIP's no Brasil revela mais do que simples conveniência, ele reflete um comportamento social de automedicação, estimulado pela ampla disponibilidade de informações e pela publicidade que apresenta os medicamentos como soluções rápidas e fáceis. Silva Santos, de Albuquerque e de Melo Guedes (2022) alertam que esse uso despreocupado pode mascarar doenças graves, atrasar diagnósticos precisos e aumentar os riscos de reações adversas, mostrando que, quando mal utilizado, o medicamento pode causar mais danos do que benefícios.

Ribeiro et al. (2023) observaram que, entre universitários da área de saúde, 92,8% já haviam praticado automedicação em algum momento, com destaque para o uso de anti-inflamatórios e analgésicos. Os principais fatores associados a essa prática foram a acessibilidade a medicamentos sem prescrição médica, demora nos atendimentos do sistema de saúde pública, valores elevados das consultas particulares e a grande disponibilidade de informações existentes na internet. Os autores defendem ações educativas no ambiente acadêmico como forma de transformar o impulso de automedicar-se em consciência sobre o uso racional de medicamentos.

De acordo com Almeida et al. (2021), a escassez de orientação no momento da compra é comum, segundo a pesquisa, menos da metade dos consumidores recebe explicações claras sobre posologia, contraindicações e efeitos colaterais, mesmo em farmácias que contam com farmacêuticos presentes. A embalagem colorida e convidativa, como a ilustrada na Figura 1 (extraída do site da ABS Farma Distribuidora), pode até transmitir segurança, mas, muitas vezes, esconde o verdadeiro labirinto de informações que o consumidor precisa decifrar.

Em suma, o MIP é um símbolo da autonomia moderna, mas também um lembrete de que liberdade sem orientação pode se tornar descuido. O desafio, portanto, não é apenas permitir o acesso, mas educar para o uso consciente, unindo ciência, responsabilidade e cuidado, porque, no fim das contas, a saúde não se vende sobre o balcão: ela se constrói com conhecimento.

Figura 1. Embalagem MIP.



Fonte: <http://www.absfarma.com.br/mip.html>.

Automedicação

A ANVISA (2021) define a automedicação como o uso de medicamentos sem prescrição, orientação ou acompanhamento médico ou odontológico — um ato que, embora aparente autonomia, muitas vezes encobre uma falsa sensação de controle. Trata-se, metaforicamente, do indivíduo tentando “vestir a bata do médico” e resolver o problema por conta própria, sem perceber que tal atitude pode gerar complicações ainda maiores.

De acordo com Naves et al. (2010), a automedicação no Brasil reflete fragilidades da rede de atenção à saúde e surge como uma estratégia de enfrentamento diante das desigualdades. A dificuldade de acesso a serviços públicos e o baixo poder aquisitivo fazem com que muitos recorram a fármacos comercializados sem prescrição para alívio imediato da dor. Entretanto, o uso indiscriminado desses produtos pode mascarar diagnósticos e aumentar a demanda por atendimentos complexos, sobrecarregando novamente a estrutura pública de cuidados em saúde.

Segundo Sá, Barros e Sá (2007), um estudo conduzido com idosos residentes em Salgueiro, Pernambuco, constatou-se que a prática de automedicação ocorre de forma recorrente e profundamente ligada à cultura local. Os autores observaram que muitos entrevistados realizavam utilização de fármacos por iniciativa própria, especialmente analgésicos, anti-inflamatórios e antipiréticos — medicamentos de fácil acesso e socialmente naturalizados como soluções rápidas para queixas comuns.

Para Azeredo Soteiro et al. (2016), a automedicação se tornou quase um hábito cultural, um comportamento que se repete no cotidiano das famílias brasileiras. Analgésicos, antitérmicos e anti-inflamatórios figuram como personagens centrais desse cenário, acumulando-se nas prateleiras e nas histórias dos lares do país. Assim, o remédio, antes símbolo de cuidado, assume a imagem de um “herói cansado”, chamado continuamente para resolver emergências diárias, mas incapaz de lidar com problemas mais profundos. Nesse sentido, a automedicação reflete também desigualdades sociais, necessidades urgentes e a confiança na ciência que muitas vezes não chega de forma equânime a toda a população.

Este artigo tem como objetivo avaliar o uso e o grau de conhecimento dos acadêmicos em relação aos medicamentos isentos de prescrição (MIPs), buscando identificar os principais fármacos utilizados, verificar a existência de orientação no momento da dispensação, analisar o perfil sociodemográfico dos usuários e estimar a frequência de utilização.

2. Metodologia

Tratou-se de uma pesquisa de campo, descritiva e natureza quantitativa em relação ao uso de fórmulas matemáticas como é o caso do cálculo de amostragem e, qualitativa em relação à interpretação dos dados (Pereira et al., 2018), com uso de estatística descritiva com gráficos de barras, gráfico de setores, classe de dados, valores de frequência absoluta em quantidade e frequência relativa em porcentagem (Shitsuka et al., 2014) no estudo do mergulho atento na realidade vivida, em que os dados,

colhidos como quem recolhe fragmentos de histórias, nasceram da aplicação de um questionário cuidadosamente elaborado. O propósito era compreender, com olhos de cientista, mas também com escuta de quem observa o humano, as nuances sociodemográficas e o nível de conhecimento de acadêmicos de uma instituição de ensino superior situada em Teresina-PI, no tocante ao uso de medicamentos isentos de prescrição (MIP's).

Coleta de Dados

A coleta de dados foi conduzida com o zelo que a ética pede e o respeito que o ser humano, em toda a sua complexidade, merece. Mais do que um simples processo técnico, tratou-se de um encontro entre ciência e sensibilidade, em que cada resposta representava uma história contada em silêncio. Foi utilizado, um questionário autoaplicável, que foi entregue aos participantes que se encaixavam nos critérios estabelecidos garantindo o cumprimento rigoroso dos princípios éticos. Entre eles, destaca-se a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que vai muito além de uma formalidade: é quase como um aperto de mãos simbólico, um pacto de confiança firmado entre pesquisador e participante.

O questionário, trazia questões que descreve o perfil sociodemográfico dos entrevistados como o gênero, idade, estado civil, escolaridade, ocupação, renda familiar e descrições dos aspectos clínicos e hábitos relacionados ao uso de medicamentos isentos de prescrição (MIP's). Falava-se, por exemplo, sobre o tempo de utilização e a presença de doenças crônicas, compondo um retrato multifacetado da realidade estudada. Cada resposta, nesse cenário, não era apenas um número frio em uma planilha, mas uma fagulha de vivência, um fragmento de verdade que, somado a outros, deu voz e corpo ao conjunto dos dados. Assim, o que poderia ser mera estatística tornou-se uma narrativa coletiva, tecida com fios de experiência e de sentido.

A amostra foi do tipo intencional, escolhida de maneira criteriosa, quase artesanal, para representar, com fidelidade e significado, o público-alvo do estudo. Afinal de contas, pesquisa nenhuma vive apenas de cálculos — ela respira humanidade. E, como bem se diz, “número sozinho não conta história”. O tamanho da amostra foi definido com base no cálculo amostral, descrito a seguir — uma espécie de bússola matemática que orienta o caminho entre o rigor e a representatividade:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{e^2 \cdot (N - 1) + Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}$$

Onde:

- n – tamanho da amostra calculada;
- N – população total;
- Z – variável normal padronizada associada ao nível de confiança;
- p – probabilidade verdadeira do evento;
- e – erro amostral admitido.

Dessa forma, o desenho metodológico deste estudo caminhou entre dois mundos: o da precisão científica e o da sensibilidade humana. Como quem equilibra razão e emoção, o pesquisador buscou compreender não apenas o *quanto* e o *como*, mas, sobretudo, o *porquê* das escolhas e comportamentos observados. Cada dado coletado que parecia, à primeira vista, apenas um ponto em meio ao gráfico revelou-se, afinal, uma história pulsante, um pequeno retrato do modo como o conhecimento e o cuidado se entrelaçam na prática cotidiana do uso de medicamentos.

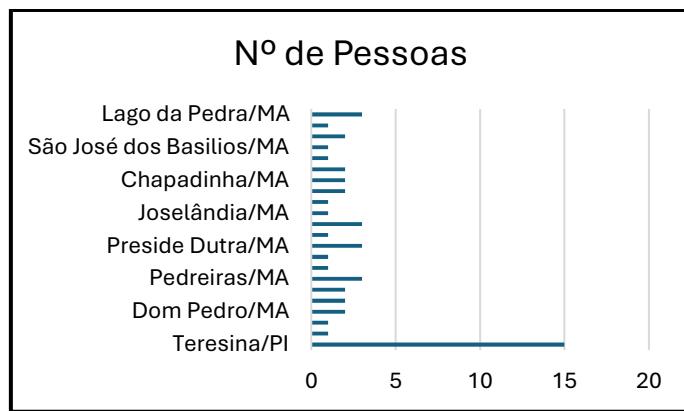
3. Resultados e Discussão

O Brasil está entre os maiores consumidores de medicamentos do mundo, sendo um verdadeiro gigante que movimenta cerca de 22,1 bilhões de dólares por ano nesse setor, revelando, de certo modo, uma cultura profundamente enraizada no hábito

de recorrer aos fármacos, sejam eles prescritos ou não (Santos e Ferreira, 2012). É como se o país, em seu cotidiano apressado, respirasse pelas frestas dos balcões de farmácia, onde a ciência e o costume se encontram num diálogo silencioso. Entre os produtos mais adquiridos, destacam-se os Medicamentos Isentos de Prescrição (MIP's), que já representam aproximadamente 31% do mercado farmacêutico nacional, segundo dados da consultoria global IQVIA (Conselho Federal de Farmácia, 2019).

A seguir, apresentam-se os resultados obtidos a partir da análise dos dados coletados por meio do questionário aplicado aos acadêmicos participantes da pesquisa. As informações sociodemográficas, os dados referentes à formação acadêmica e às percepções sobre o uso dos medicamentos ganharam corpo em gráficos, que dão ritmo e cor à leitura dos achados, tornando mais clara a interpretação das variáveis observadas. Ao todo, participaram 51 acadêmicos, sendo 18 do sexo masculino e 33 do sexo feminino, provenientes de distintas cidades.

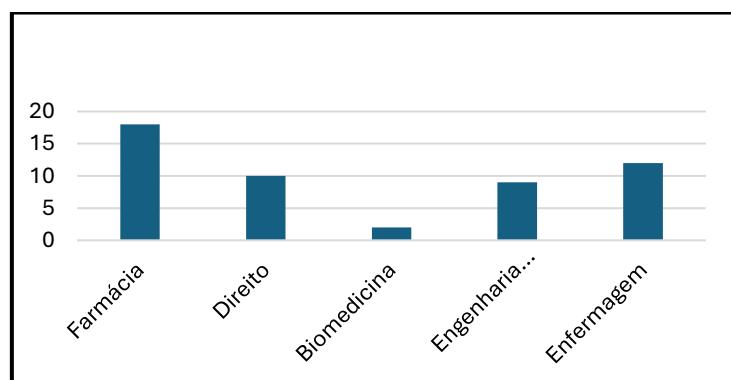
Gráfico 1 – Distribuição Demográfica.



Fonte: Elaborado pelos Autores, com dados da pesquisa (2025).

A presença dos participantes que vem de diversos municípios maranhenses vai além da estatística, ela é quase como um retrato vivo da amplitude regional da instituição. Cada cidade carrega consigo um jeito de cuidar, de se informar, de buscar orientação farmacêutica, sobretudo aquelas do interior, onde os recursos de saúde, não raro, chegam com o passo lento de quem ainda enfrenta estradas de terra e silêncios institucionais. Segundo Arrais et al. (2016), a dificuldade de acesso aos serviços de saúde é um dos principais fatores associados à prática da automedicação no Brasil, sendo mais prevalente em populações vulneráveis.

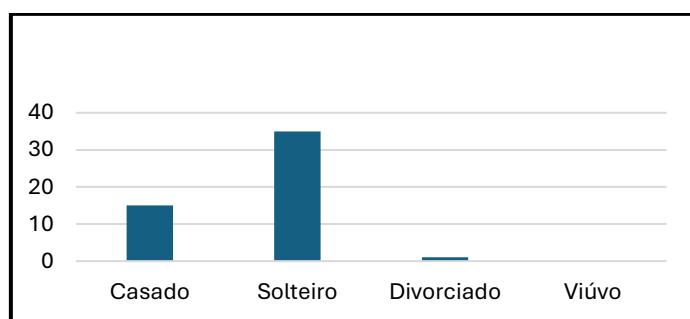
Gráfico 2 - Distribuição por curso.



Fonte: Elaborado pelos Autores, com dados da pesquisa (2025).

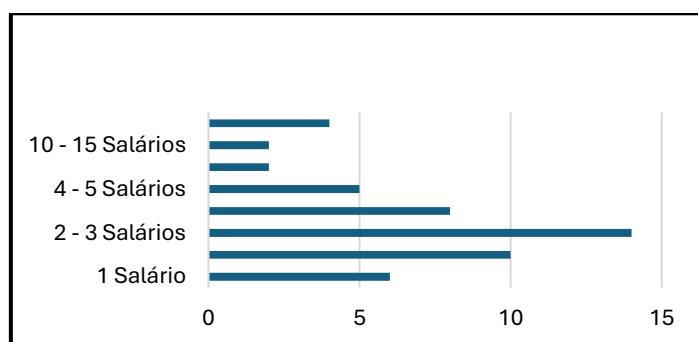
O questionário mostrou que, na formação acadêmica, os cursos de Farmácia e Enfermagem foram os mais representativos. Essa predominância reflete uma afinidade natural entre a trajetória formativa desses estudantes e o tema do estudo, uma vez que ambos lidam diretamente com a saúde e o manejo racional de medicamentos. Isso porque o conhecimento técnico adquirido os capacita a reconhecer sinais de risco, diferenciar sintomas autolimitados de quadros mais graves e, crucialmente, atuar como futuros agentes de saúde na qualificação dos processos de prescrição e promoção do uso racional para a população (Ministério da Saúde, 2021).

Gráfico 3 – Estado civil.



Fonte: Elaborado pelos Autores, com dados da pesquisa (2025).

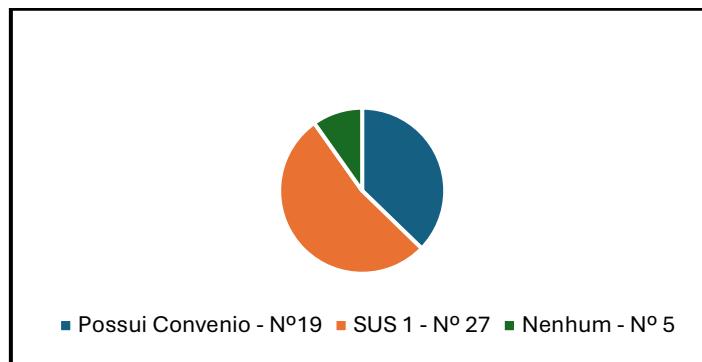
Gráfico 4 – Renda Familiar.



Fonte: Elaborado pelos Autores, com dados da pesquisa (2025).

A predominância de estudantes solteiros pode ser justificada pelo fato de a maioria estarem em idade universitária, o que também reflete com a renda familiar mais concentrada entre um e três salários mínimos. De acordo com Lima et al. (2019), o perfil sociodemográfico está diretamente ligado às práticas de automedicação, sendo mais comum entre jovens, estudantes e pessoas com renda intermediária. Observou-se também que no perfil sociodemográfico e no nível de conhecimento dos participantes sobre MIP's, que a maioria era mulheres, sendo elas estudantes de Farmácia, Direito e Enfermagem, com renda familiar entre 1 e 3 salários-mínimos.

Gráfico 5 - Serviço de Saúde.

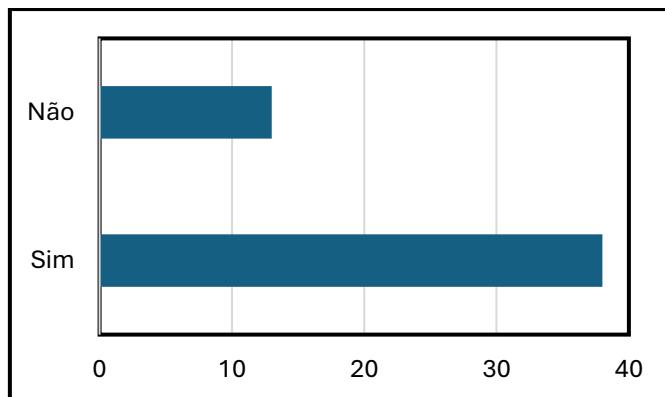


Fonte: Elaborado pelos Autores, com dados da pesquisa (2025).

Ao analisar o acesso aos serviços de saúde, percebe-se que o SUS surge como maior opção pelos acadêmicos, embora uma parcela significativa conte com planos de saúde privados, quase como uma rede de proteção adicional. Entretanto, a existência de participantes sem acesso a qualquer serviço de saúde revela uma vulnerabilidade concreta, facilitando assim a automedicação e o uso inadequado de MIP's, especialmente quando falta o olhar cuidadoso de um profissional habilitado. A Organização Mundial da Saúde (WHO, 2006) reforça que o uso racional de medicamentos não se limita à mera disponibilidade do fármaco; exige também a presença de profissionais capazes de orientar com precisão e responsabilidade, evitando que pequenas decisões se transformem em riscos silenciosos.

Após a coleta dos dados sociodemográficos, os participantes foram submetidos a um questionário de oito questões que retrata o conhecimento e o uso de medicamentos isentos de prescrição (MIP's). As respostas obtidas foram analisadas por meio de representações gráficas, com o objetivo de facilitar a compreensão dos padrões de comportamento e do nível de conhecimento dos alunos entrevistados sobre o tema.

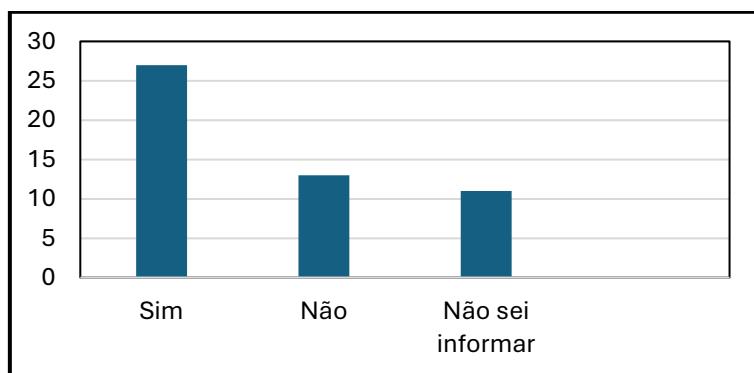
Gráfico 6 – Primeira pergunta: Você já ouviu falar sobre os medicamentos isentos de prescrição?



Fonte: Elaborado pelos Autores, com dados da pesquisa (2025).

Dos 51 entrevistados, 74,5% afirmaram já ter ouvido falar sobre os medicamentos isentos de prescrição (MIP's), enquanto 25,5% relataram desconhecer o tema. Esse resultado é significativo, pois revela que, embora esses medicamentos estejam amplamente disponíveis no mercado, ainda há um número expressivo de pessoas que não compreende plenamente o conceito. Observa-se que a familiaridade com os MIPs tende a ser maior entre estudantes da área da saúde, em razão do contato acadêmico com a temática. Segundo Ferreira et al., 2021, a prática da automedicação exige cautela, pois os seus riscos são graves, onde o uso inadequado pode provocar interações medicamentosas, comprometendo a eficácia dos fármacos consumidos.

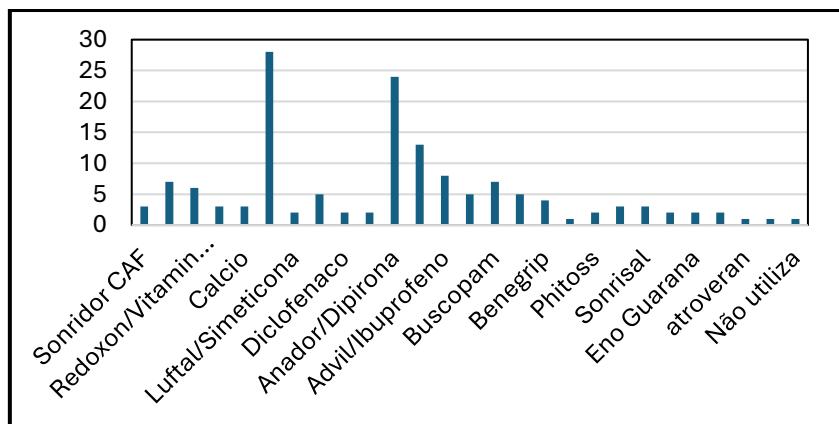
Gráfico 7 - Segunda pergunta: Os medicamentos isentos de prescrição são aqueles que podem ser vendidos livremente sem indicação ou orientação. A afirmação acima está correta?



Fonte: Elaborado pelos Autores, com dados da pesquisa (2025).

Essa pergunta teve respostas variadas, com apenas 52,9% dos entrevistados reconhecendo que a afirmação era incorreta, 25,5% acreditando estar correta, e 21,6% sem saber informar. Esse resultado indica uma lacuna significativa no entendimento sobre o que são, de fato, os MIP's e o modo adequado de utilizá-los. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária reforça que, apesar de os MIPs serem isentos de prescrição, eles não são isentos de riscos, podendo causar danos à saúde dos usuários caso o uso incorreto aumente a ocorrência de eventos adversos (ANVISA, 2020). A automedicação desinformada, impulsionada por essa confusão, pode levar a consequências adversas, incluindo agravamento da doença e resistência bacteriana no caso de alguns fármacos. Este dado ressalta a importância da educação em saúde e do papel do profissional farmacêutico na mediação entre o produto e o consumidor.

Gráfico 8 – Terceira pergunta: Quais medicamentos isentos de prescrição (MIP's) você utiliza?

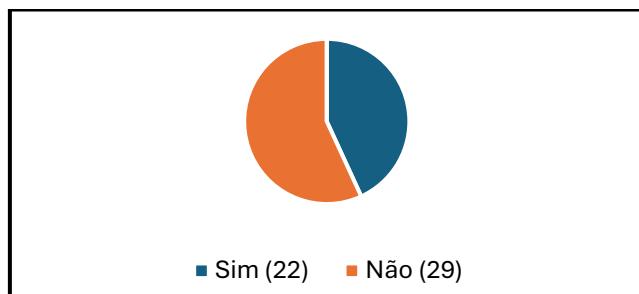


Fonte: Elaborado pelos Autores, com dados da pesquisa (2025).

Os medicamentos mais mencionados pelos acadêmicos foram os analgésicos e anti-inflamatórios, com destaque para o Dorflex, citado 28 vezes, e o Anador/Dipirona, com 24 citações. Logo atrás, figuram o Tylenol/Paracetamol (13 citações) e o Advil/Ibuprofeno (8 citações). Esses números, à primeira vista frios e impessoais, ganham vida quando se percebe que, por trás deles, há dores cotidianas de cabeça e de corpo. Em consonância, o estudo de Ferreira et al. (2021) aponta que os analgésicos e antipiréticos são os protagonistas mais recorrentes no manejo de sintomas como dor e febre em contextos de automedicação. A combinação entre a facilidade de acesso e a percepção popular de segurança transforma esses fármacos em verdadeiros “companheiros de bolso” no cotidiano de muitos brasileiros.

A literatura alerta que o uso indiscriminado de medicamentos de venda livre pode trazer sérios riscos à saúde. O paracetamol, por exemplo, embora visto como inofensivo, pode causar hepatotoxicidade quando utilizado em doses elevadas ou por tempo prolongado (Zopelari et al., 2024). O uso desses medicamentos, mesmo sendo isentos de prescrição, deve estar respaldado em orientação profissional para evitar mascaramento de sintomas graves e prevenir complicações.

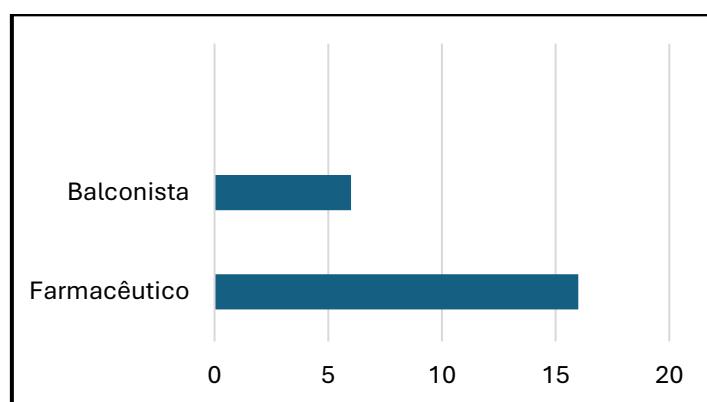
Gráfico 9 – Quarta pergunta: Você recebeu orientação na dispensação do medicamento?



Fonte: Elaborado pelos Autores, com dados da pesquisa (2025).

Neste ponto, 56,9% dos entrevistados afirmaram não ter recebido qualquer tipo de orientação na dispensação, o que é preocupante diante do papel fundamental da orientação profissional para o uso racional dos medicamentos. Silva et al. (2020) ressaltam que a falta de orientação na dispensação pode ser atribuída tanto à sobrecarga do sistema quanto à baixa valorização da atividade farmacêutica. Deste modo, fortalecer a presença e o protagonismo do farmacêutico nas farmácias é essencial para reduzir riscos e promover o uso seguro dos MIP's, especialmente considerando que estes medicamentos são amplamente acessados pela população sem acompanhamento médico direto.

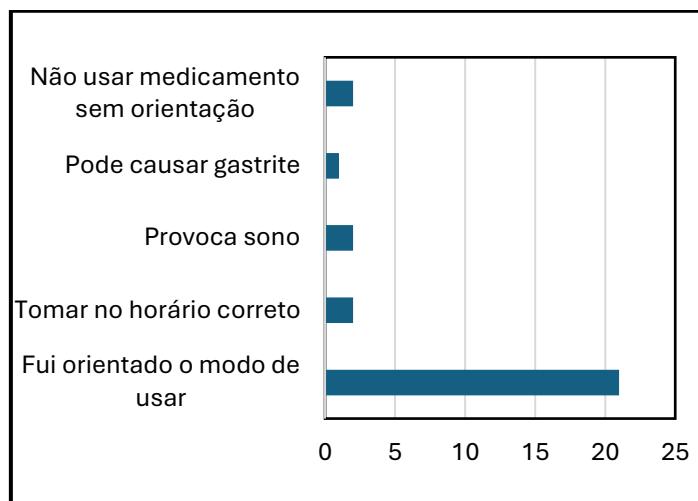
Gráfico 10 – Quinta pergunta: Qual profissional lhe orientou na dispensação do medicamento?



Fonte: Elaborado pelos Autores, com dados da pesquisa (2025).

Entre os participantes que receberam orientação, 72,7% foram atendidos por farmacêuticos, enquanto 27,3% obtiveram informações de balconistas. Essa diferença, ainda que pareça pequena, diz muito sobre a atenção farmacêutica, que é fundamental para garantir o uso racional dos medicamentos. Segundo Santos et al., (2017) o profissional farmacêutico é de suma importância no combate ao uso indiscriminado, estando presente no controle desse mal que aflige tantos profissionais, assim como também pacientes que necessitam dessa opção terapêutica. Onde é indispensável o envolvimento ativo desse profissional na linha de frente para o combate à irracionalidade medicamentosa.

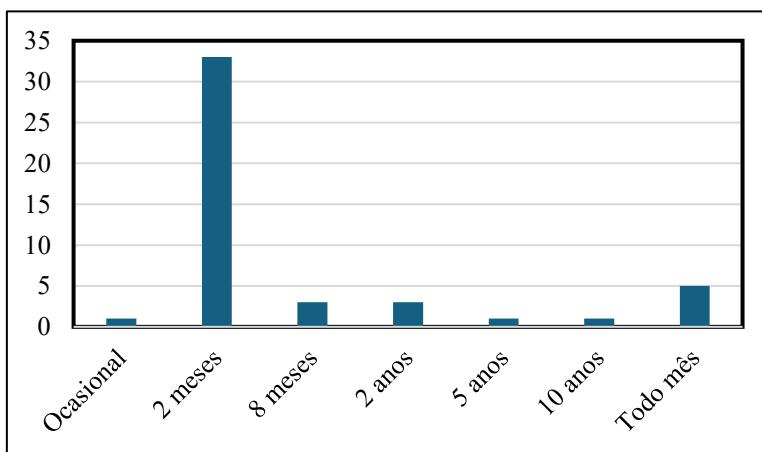
Gráfico 11 – Sexta Pergunta: Quais as principais orientações foram recebidas?



Fonte: Elaborado pelos Autores, com dados da pesquisa (2025).

As orientações recebidas concentraram-se, em sua maioria, apenas no modo de uso dos medicamentos, deixando em segundo plano alertas sobre efeitos adversos, contraindicações e interações. Essa limitação, segundo Miranda Filho, Andrade Júnior e Montenegro (2021), pode favorecer uma percepção equivocada de segurança, na qual o usuário acredita estar protegido, mas permanece vulnerável aos riscos associados ao uso inadequado de medicamentos isentos de prescrição. Mota, Santos e Sousa (2024) evidenciam que a atenção farmacêutica deve abranger não só a posologia mas também efeitos colaterais, horários, doses e sinais de alerta que demandam acompanhamento profissional. Quando essa comunicação falha, o que poderia ser prevenção transforma-se em porta aberta para reações adversas evitáveis.

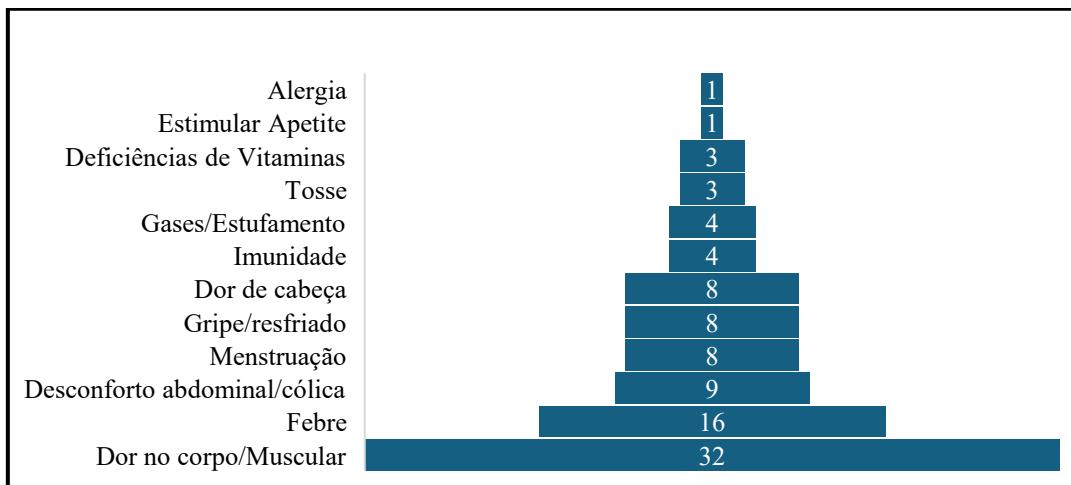
Gráfico 12 – Sétima Pergunta: Há quanto tempo você usa esse(s) medicamento(s)?



Fonte: Elaborado pelos Autores, com dados da pesquisa (2025).

A maior parte dos entrevistados (64,7%) relatou uso ocasional, enquanto um pequeno grupo referiu uso prolongado, que variou de meses a anos. O uso ocasional está alinhado com a finalidade dos MIP's, que são indicados para o tratamento de sintomas passageiros e autolimitados. Entretanto, o uso contínuo e sem supervisão médica, como apontado por Rodrigues (2017), pode indicar automedicação crônica, um problema que pode resultar em danos à saúde, como toxicidade acumulativa e mascaramento de doenças graves.

Gráfico 13 – Oitava pergunta: Para que serve este(s) medicamento(s)?



Fonte: Elaborado pelos Autores, com dados da pesquisa (2025).

Os participantes relataram que utilizam MIP's principalmente para tratar dor no corpo/muscular, febre, desconforto abdominal e sintomas gripais. Esse padrão está em concordância com o uso descrito na literatura para esses medicamentos, que são amplamente utilizados para o tratamento de sintomas comuns e autolimitados, com analgésicos e antitérmicos sendo os grupos mais procurados (Leal et al., 2025). Segundo Rodrigues (2017) o uso diário para sintomas recorrentes pode atrasar o diagnóstico de doenças mais graves, sendo risco para complicações. A automedicação, deve ser acompanhada de estratégias educativas e profissionais para garantir que os sintomas persistentes sejam devidamente investigados.

É fundamental que a população compreenda os riscos da automedicação e priorize a busca por profissionais de saúde qualificados. Essa conduta é crucial para a correta avaliação de sintomas, garantindo a prescrição segura e a dosagem adequada, e minimizando o risco de dependência medicamentosa. A intervenção profissional evita autodiagnósticos incorretos, o atraso no tratamento de doenças graves, e complicações como reações adversas e interações medicamentosas (Domingues et al., 2017; Xavier et al., 2021). Nesse sentido, o uso frequente de medicamentos como Dorflex, Dipirona e Paracetamol, apontado nesta pesquisa, levanta preocupações quanto à banalização de seu consumo, uma vez que esses fármacos, embora acessíveis, podem causar efeitos adversos relevantes se utilizados de forma indiscriminada.

A maioria dos participantes relatou não ter recebido nenhuma orientação ao comprar os MIP's, o que contraria a diretriz da Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 98/2016 da ANVISA, que estabelece os critérios para enquadramento de medicamentos como isentos de prescrição e determina que a dispensação desses medicamentos deve ser acompanhada de orientação clara e adequada por parte do farmacêutico.

Outro ponto que merece destaque é a visível desvalorização do papel do farmacêutico no processo de cuidado. A baixa frequência de orientação registrada entre os participantes confirma o alerta feito por Mota, Santos e Sousa (2024), ao destacar que o modelo biomédico tradicional, centrado no medicamento e não na integralidade do cuidado, contribui para a invisibilização da função clínica do farmacêutico. Este deveria assumir, nesse contexto, um papel protagonista na construção de práticas de autocuidado orientadas e seguras.

O uso racional de medicamentos não se sustenta apenas nas normas que regulamentam as suas vendas, mas também na consciência crítica e na responsabilidade de cada indivíduo diante das próprias escolhas (Mota; Santos; Sousa, 2024). Diante disso, torna-se essencial investir em intervenções educativas, campanhas de conscientização e em uma atuação ética e sensível dos profissionais que estão na linha de frente da dispensação de medicamentos. Valorizar a escuta atenta, o diálogo

aberto e o compartilhamento de informações claras é dar voz à prevenção e à segurança, tecendo um cenário mais humano, ético e eficaz no uso dos MIP's.

4. Conclusão

Diante das análises que foram feitas através do questionário, é perceptível que embora os medicamentos isentos de prescrição (MIP's) sejam considerados seguros quando utilizados de forma adequada, o consumo sem orientação qualificada revela um obstáculo importante à promoção da saúde pública. O estudo mostra que a facilidade de acesso e a crença, muitas vezes ingênuas, de que esses produtos são inofensivos favorecem a automedicação, prática que, entre jovens universitários, ganham ênfases preocupantes. Fica claro, que classificar um fármaco como “de venda livre” não o torna isento de riscos nem dispensa o acompanhamento profissional e o investimento em ações educativas contínuas.

Nesse cenário, o papel do farmacêutico ganha um brilho particular. Mais do que um simples dispensador de remédios, ele é um educador em saúde, um mediador entre o saber científico e o cuidado cotidiano. Sua presença qualificada é essencial para orientar o uso racional dos medicamentos, prevenir erros e minimizar riscos decorrentes do consumo inadequado dos MIP's. Por isso, é fundamental fortalecer sua atuação tanto na atenção básica quanto nas farmácias comunitárias, garantindo à população o acesso a informações seguras, éticas e fundamentadas em evidências.

Ao mesmo tempo, é preciso repensar a forma como a sociedade brasileira enxerga a automedicação. Questões culturais, econômicas e até simbólicas moldam o comportamento das pessoas diante do ato de medicar-se muitas vezes substituindo o olhar clínico por soluções imediatas e arriscadas. Nessa perspectiva, a educação em saúde se coloca como uma ferramenta de transformação social, capaz de romper com hábitos enraizados e de promover uma nova consciência sobre o uso dos medicamentos. Essa transformação deve ultrapassar os muros das universidades e ecoar em campanhas públicas amplas, que incentivem a reflexão e o cuidado responsável.

Por fim, a promoção do uso racional de medicamentos precisa ser compreendida como um compromisso coletivo, que une profissionais de saúde, gestores e cidadãos. Construir uma cultura de cuidado consciente exige diálogo, informação de qualidade e o reconhecimento do farmacêutico como protagonista nesse processo. Assim, espera-se que as reflexões apresentadas contribuam para consolidar práticas mais seguras e éticas, garantindo que o uso dos MIP's traga benefícios reais sem colocar em risco a saúde individual e coletiva.

Referências

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). (2021). *Anvisa alerta para riscos do uso indiscriminado de medicamentos*. Brasília: ANVISA.
- Almeida, W. da S. de, Souza, C. F. de, Monteiro, L. C., Gomes, L. B., Pires, M. B. G., Rodrigues, A. M. V., ... & Goulart, B. N. G. (2021). Mudanças nas condições socioeconômicas e de saúde dos brasileiros durante a pandemia de COVID-19. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23, e200105.
- Alvim, H. G. de O., & Carvalho, M. J. P. (2019). A importância da orientação do farmacêutico no uso correto dos medicamentos. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, 2(4), 172–179.
- ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. (2020). *Boletim de Farmacovigilância n° 9*. Brasília: ANVISA.
- Arrais, P. S. D., Fernandes, M. E. P., Pizzol, T. D. S. D., Ramos, L. R., Mengue, S. S., Luiza, V. L., & Bertoldi, A. D. (2016). Prevalência da automedicação no Brasil e fatores associados. *Revista de Saúde Pública*, 50(supl 2), 13s.
- Azeredo Sotero, K., & Araújo Dos Santos, M. (2016). A automedicação no Brasil e a importância do farmacêutico na orientação do uso racional de medicamentos de venda livre: uma revisão. *Revista da Graduação*, 9(2).
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). (2016b). RDC nº 98, de 1º de agosto de 2016. Dispõe sobre os critérios e procedimentos para o enquadramento de medicamentos como isentos de prescrição (MIP's) e para seu reenquadramento como sob prescrição. *Diário Oficial da União*.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). (2019). Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 301, de 21 de agosto de 2019. Dispõe sobre as Diretrizes Gerais de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 ago. 2019.

- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). (2024). Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 882, de 14 de junho de 2024. Dispõe sobre os critérios e procedimentos para o enquadramento de medicamentos como isentos de prescrição e o reenquadramento como medicamentos sob prescrição. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 jun. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. (2014). *Cuidado farmacêutico na atenção básica*. Brasília: Ministério da Saúde.
- CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO MATO GROSSO (CRF-MT). (2019). *MIPs já representam 31% do mercado farmacêutico, conforme dados da IQVIA*. CRF-MT Notícias.
- CRF-SP. Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo. (2016). *Prescrição farmacêutica e serviços farmacêuticos*. São Paulo.
- Domingues, P. H., Galvão, T. F., Andrade, K. R., Araújo, P. C., Silva, M. T., & Pereira, M. G. (2017). Prevalência e fatores associados à automedicação em adultos no Distrito Federal: estudo transversal de base populacional. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*. <https://doi.org/10.5123/s1679-49742017000200009>
- Ferreira, F. das C. G., Luna, G. G. de, Izel, I. C. M., & Almeida, A. C. G. de. (2021). O impacto da prática da automedicação no Brasil: Revisão Sistemática/The impact of the practice of self-medication in Brazil: Systematic Review. *Brazilian Applied Science Review*, 5(3), 1505–1518. <https://doi.org/10.34115/basrv5n3-016>
- Leal, K. F., Rocha, L. L. S., Lima, F. V. C., Santos, S. F. P. A., Silva, M. C. G., Oliveira, B. T. L., & Silva, C. K. G. (2025). Percepção da população sobre o uso de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPS): Uma pesquisa de opinião no Bairro do Mag. *Research, Society and Development*, 14(1), e47514147552. <https://doi.org/10.33448/rsd-v14i1.47552>
- Lima, M. F. P., Lima, D. B. S., Oliveira, F. B., Oliveira, C. C., Macêdo, M. A., & Pereira, T. K. A. (2019). A prática da automedicação em criança por pais e responsáveis. *Holos*, 35(5), 1-13.
- Melo, J. R. R., Duarte, E. C., Moraes, M. V. D., Fleck, K., & Arrais, P. S. D. (2021). Automedicação e uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da COVID-19. *Cadernos de Saúde Pública*, 37(4), e00053221.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2021). *Contribuições para a promoção do uso racional de medicamentos* (1. ed.). Brasília: Ministério da Saúde. Recuperado de https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/contribuicoes_promocao_uso_racional_medicamentos.pdf
- Miranda Filho, J. P. de, Andrade Júnior, F. P. de, & Montenegro, C. de A. (2021). Cuidados farmacêuticos e os medicamentos isentos de prescrição: revisão integrativa da literatura. *ARCHIVES OF HEALTH INVESTIGATION*, 10(1), 153–162. <https://doi.org/10.21270/archi.v10i1.4903>
- Mota, K., Pereira, M. L., Coelho, E. B., Reis, T., Nascimento, M., Obreli-Neto, P. R., & Baldoni, A. O. (2020). Medicamentos isentos de prescrição (MIP): o farmacêutico pode prescrever, mas ele sabe o que são?. *Revista de la OFIL*, 30(1), 52-55.
- Naves, J. D. O. S., Castro, L. L. C. D., Carvalho, C. M. S. D., & Merchán-Hamann, E. (2010). Automedicação: uma abordagem qualitativa de suas motivações. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15, 1751-1762.
- Pereira, A. S. et al. (2018). Metodologia da pesquisa científica. [free ebook]. Santa Maria. Editora da UFSM.
- Ribeiro, D. R. de S., LEAL, J. C., Rodrigues, L. S., Pinheiro, P. L. L., Lino, R. M., & Silva, T. C. (2023). Automedicação entre universitários da área de saúde. *Research, Society and Development*, 12(6), e1312641814.
- Rodrigues, A. C. (2017). Utilização de medicamentos isentos de prescrição e economias geradas para os sistemas de saúde: uma revisão. *Jornal Brasileiro De Economia Da Saúde*, 9(1), 128–136. Recuperado de <https://www.jbes.com.br/index.php/jbes/article/view/302>
- Sá, M. B. M., Barros, J. A. C., & Sá, M. P. B. de. (2007). Automedicação em idosos na cidade de Salgueiro – PE. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 10(1), 75-85.
- Santos, E. C., & Ferreira, M. A. (2012). A Indústria Farmacêutica e a Introdução de Medicamentos Genéricos no Mercado Brasileiro. *Nexos Econômicos*, 6(2), 95–120. <https://doi.org/10.9771/1516-9022rene.v6i2.9250>
- Santos, S. L. F., Pessoa, C. V., da Silva Alves, H. H., Borges, R. N., & Barros, K. B. N. T. (2017). O papel do farmacêutico enquanto promotor da saúde no uso racional de antibióticos. *Revista Saúde & Ciência Online*, 6(1), 79-88.
- Shitsuka, R. et al. (2014). Matemática fundamental para a tecnologia. (2ed). Editora Érica.
- Silva Santos, S. T., de Albuquerque, N. L., & de Melo Guedes, J. P. (2022). Os riscos da automedicação com medicamentos isentos de prescrição (MIPs) no Brasil. *Research, Society and Development*, 11(7), e42211730493.
- SINITOX – Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas. (2019). *Casos registrados de intoxicação humana por agente tóxico e evolução – Brasil, 2012 a 2017*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Vulcao da Mota, M. C., Teixeira Dos Santos, R., & Alves De Sousa, Y. M. (2024). A atuação do farmacêutico na orientação e impactos do uso indevido de medicamentos isentos de prescrição em farmácias. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, 6(11), 566–583. <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n11p566-583>
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). (2006). *Rational use of medicines: progress in implementing the WHO medicines strategy* (Documento EB118/6). Geneva: WHO.
- Xavier, M. S., Castro, H. N., Souza, L. G., Oliveira, Y. S., Tafuri, N. F. & Amâncio, N. D. (2021). Automedicação e o risco à saúde: uma revisão de literatura / Self-medication and health risk: a literature review. *Braz J Health Rev*, 4(1), 164-180. <https://doi.org/10.34119/bjhrv4n1-020>
- Zopelari, L. F. R., Zorزال, J. K., Pesente, G. M., & Loss, A. R. C. (2024). Hepatotoxicity of paracetamol and its indiscriminated use: a literature review.